

Um Legislativo para todos!

**Levy Gasparian**

CÂMARA MUNICIPAL

Av. Vereador José Francisco Xavier, 01 - Comendador Levy Gasparian - RJ - CEP 25870-000 - Fone 24 2254 2518

FOLHA 115 PROC. 019/21  
ALEXANDRE DA COSTA S. LÓES  
AGENTE LEGISLATIVO  
Metr. 1

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2021**

LIDO EM 28 de 21

**Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Comendador Levy Gasparian:**

A Comissão de Finanças e Orçamento apresenta para a apreciação do Douto Plenário o seguinte Projeto de Decreto Legislativo:

**Aprova as Contas de Gestão, referentes ao Exercício de 2013.**

**Art. 1º** - Ficam aprovadas as Contas de Gestão, referentes ao Exercício 2013, sob a responsabilidade do Sr. Cláudio Mannarino.

**Art. 2º** - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação

**JUSTIFICATIVA**

Trata o presente Projeto de Decreto Legislativo do processo de Prestação de **Contas de Ordenador de Despesa e Responsável pela Tesouraria, relativa ao exercício de 2013**, sob a responsabilidade do então Prefeito, Sr. Cláudio Mannarino.

O Tribunal de Contas do Estado emitiu PARECER PRÉVIO CONTRÁRIO à aprovação das contas de gestão do chefe do Poder Executivo do Município de Comendador Levy Gasparian, Sr. Cláudio Mannarino, **que**

**EM BRANCO**

**EM BRANCO**

atuou como ordenador de despesas da Prefeitura Municipal de Comendador Levy Gasparian no exercício de 2013, em face de IRREGULARIDADES e IMPROPRIEDADES transcritas no referido parecer.

Merece ser ressaltado que pela primeira vez o TCE/RJ submeteu para apreciação da Câmara Municipal de Comendador Levy Gasparian às Contas de Ordenador de Despesa e Responsável pela Tesouraria com base na decisão do Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 848.826-DF.

Oportunizado à manifestar, o Sr. Cláudio Mannarino protocolou defesa junto à Câmara Municipal, justificando cada uma das irregularidades e impropriedades apontadas no parecer do TCE esclarecendo ainda que todas já foram devidamente sanadas, nos termos a seguir:

**IRREGULARIDADE Nº 1: Ausência de Demonstrativos Contábeis (Balanços e Demonstrativos) que evidenciem de forma legível a execução orçamentária, financeira e patrimonial da Prefeitura Municipal, com fulcro no art. 4º da Deliberação TCE/RJ nº 200/96, na data-base de 31/12/2013, excluindo as contas relativas à escrituração dos recursos geridos pela Câmara Municipal;**

**DETERMINAÇÃO Nº 1: Encaminhe, nas próximas prestações de contas, os Demonstrativos Contábeis (Balanços e Demonstrativos) que evidenciem de forma legível a execução orçamentária, financeira e patrimonial da Prefeitura Municipal, conforme previsto nas Deliberações desta Corte de Contas;**

A presente irregularidade foi o motivo de fato pelo o qual o TCE posicionou pela reprovação das contas, pois como certamente já constatado por Vossas Excelências, tal documentação foi solicitada por 02 (duas) vezes ao Município, e os meus assessores responsáveis à época ignoraram o pedido do TCE.

Ressalta-se que agora, em sede de Recurso de Reconsideração, providenciei o envio de tais documentos, de forma a demonstrar que não há qualquer irregularidade com às referidas contas (documento em anexo).

**IRREGULARIDADE Nº 2: Quanto a não observância dos artigos 32 e 33 da Lei Complementar Federal nº 141/2012, no caso específico do Fundo Municipal de Saúde, em vista da**



**EM BRANCO**

**EM BRANCO**



**ausência de segregação da escrituração contábil relativo à gestão dos recursos com ações e serviços públicos de saúde;**

**DETERMINAÇÃO Nº 2: Observar a necessária segregação da escrituração contábil relativo à gestão dos recursos com ações e serviços públicos de saúde conforme artigos 32 e 33 da Lei Complementar Federal nº 141/2012;**

**IRREGULARIDADE Nº 3: Quanto à ausência de segregação contábil dos demais Fundos Especiais do Município (Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente; e Fundo Municipal do Meio Ambiente), em desacordo com o disposto no art. 50, inciso I da Lei Complementar Federal nº 101/2000;**

**DETERMINAÇÃO Nº 3: Observar a necessária segregação contábil dos demais Fundos Especiais do Município (Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente; e Fundo Municipal do Meio Ambiente), de acordo com o disposto no art. 50, inciso I da Lei Complementar Federal nº 101/2000;**

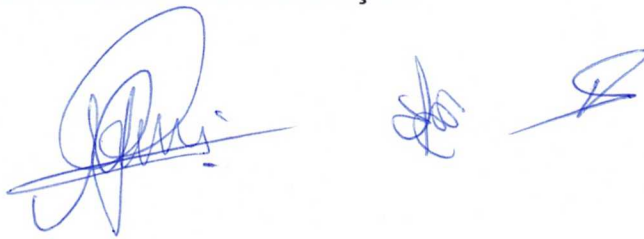
No que se referem às irregularidades 2 e 3, em suma, o TCE pontuou que o Município deveria providenciar uma contabilidade específica (separada/segregada) para os Fundos de Saúde, de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente, e do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Ocorre que na ocasião o sistema contábil contratado pelo Município somente permitia a contabilização de todas às unidades de forma concentrada, cadastrada em nome de Prefeitura Municipal, portanto, tivemos que licitar um novo sistema no ano de 2014, e o problema foi totalmente resolvido no ano de 2015, sem que tenha resultado em qualquer prejuízo ao erário municipal.

**IMPROPRIEDADE Nº 1: Ausência do Demonstrativo das subvenções e auxílios concedidos no período, pagos ou não - modelo 3, conforme exigência do art. 4º, inciso XIV da Deliberação TCE/RJ nº 200/96;**

**DETERMINAÇÃO Nº 1: Encaminhe, nas próximas prestações de contas, os documentos previstos nas Deliberações desta Corte de Contas;**

Todos os demonstrativos não foram enviados à época, como já esclarecido, agora foram devidamente encaminhados ao TCE através do recurso de reconsideração.



**EM BRANCO**

**EM BRANCO**

No que se refere ao demonstrativo em questão, é importante frisar que o ano de 2013 o Município não teve nenhum gasto a título de subvenção ou auxílio à entidades.

**IMPROPRIEDADE Nº 2: Ausência da Demonstração das alterações orçamentárias que contemple as mutações vinculadas ao Executivo Municipal, conforme exigência do art. 4º, inciso V da Deliberação TCE/RJ nº 200/96;**

**DETERMINAÇÃO Nº 2: Encaminhe, nas próximas prestações de contas, os documentos previstos nas Deliberações desta Corte de Contas;**

O demonstrativo das alterações orçamentárias também foi encaminhado no recurso de reconsideração, ora disponibilizado em anexo para o conhecimento de Vossa Senhorias.

**IMPROPRIEDADE Nº 3: Ausência do Relatório do Órgão de Controle Interno com manifestação a respeito da conformidade das contas dos responsáveis pelas despesas (ordenador) e pelos serviços de tesouraria, o qual deverá ser subscrito por responsável técnico habilitado (contabilista) no Conselho Regional pertinente, conforme o disposto no inciso XXIII, Art. 4º da Del. TCE-RJ nº 200/96;**

**DETERMINAÇÃO Nº 3: Encaminhe, nas próximas prestações de contas, os documentos previstos nas Deliberações desta Corte de Contas;**

Trata-se ato personalíssimo de responsabilidade do Controlador à época, de fato o referido documento não foi localizado nos arquivos do Município, entretanto, por ser uma mera impropriedade, o TCE determinou o envio do relatório nas futuras prestações de contas, não sendo causa para desaprovação das contas do ordenador do exercício de 2013.

**IMPROPRIEDADE Nº 4: Ausência do Certificado de Auditoria com indicação expressa acerca da conformidade das contas do responsável pelos serviços de tesouraria, conforme o disposto no inciso XXIII, Art. 4º da Del. TCERJ nº 200/96;**

**DETERMINAÇÃO Nº 4: Faça constar, nas próximas prestações de contas, o Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre a regularidade ou irregularidade das contas dos responsáveis, conforme previsto no Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17;**



**EM BRANCO**

**EM BRANCO**



Novamente trata-se ato personalíssimo que deveria ter sido praticado pelo Controlador à época. Porém, de fato o referido documento não foi localizado nos arquivos do Município.

Assim como na impropriedade anterior, o TCE determinou o envio nas futuras prestações de contas, não sendo causa para desaprovação das contas do ordenador do exercício de 2013.

Por outro lado, é de suma importância que Vossas Senhorias percebam que o TCE julgou regulares às contas da tesouraria do exercício de 2013, vejam o que consta do parecer do relator:


**Alinho-me, ainda, à sugestão do zeloso corpo instrutivo quanto ao julgamento pela regularidade das contas da Sra. Tatiana Peck Sobrinho, responsável pela Tesouraria no período de 04/04/2013 a 31/12/2013), dando-lhe quitação plena.**


Assim, não há dúvidas que o posicionamento pela reprovação emitido pelo TCE não está vinculado à qualquer dano ao erário ou descumprimento de metas ou índices de aplicação de recursos, sendo o real motivo exclusivamente o fato de não terem sido encaminhados documentos e informações banais por determinados servidores à época.

Desta forma, considerando que às irregularidades e impropriedades que embasaram o parecer prévio do TCE foram devidamente sanadas, bem como que os documentos não enviados à época pelo Controlador já foram encaminhados à Corte de Contas através de recurso de reconsideração, sem que tenha qualquer apontamento de dano ao Município, documentação esta também disponibilizada à Câmara.

Assim, por entender que os argumentos apresentados à título de defesa são esclarecedores e suficientemente satisfatórios, a Comissão de Finanças e Orçamento decidiu pela aprovação das contas de gestão do chefe do Poder Executivo do Município de Comendador Levy Gasparian, Sr. Cláudio Mannarino, **que atuou como ordenador de despesas da Prefeitura Municipal de Comendador Levy Gasparian no exercício de 2013.**

Comendador Levy Gasparian, 28 de abril de 2021.

  
**Tiago Frederico Maia**  
Presidente



**EM BRANCO**

**EM BRANCO**

Alexandre da Costa Silva  
AGENTE LEGISLATIVO  
Matr. 1

  
**Sergio Nepomuceno de Souza**

**Vice-Presidente**

  
**Maria Aparecida Ribeiro**

**Membro**

**EM BRANCO**

**EM BRANCO**